

UME EDMEA LADEVIG

ANO: 6° A, B

COMPONENTE CURRICULAR:

HISTÓRIA PROFESSOR: LUIZ ANTONIO CANUTO DOS SANTOS

PERÍODO: 04/11 A 06/12/2021

NOME: _____ N° _____ 6° _____

Habilidade:

(EF06HI11) Caracterizar o processo de formação da Roma Antiga e suas configurações sociais e políticas nos períodos monárquico e republicano.

Leia os textos a seguir, responda às questões e entregue na UME até o dia 06 de DEZEMBRO de 2021.

Não envie foto pelo grupo de Whatsapp, nem por e-mail.

ROTEIRO DE ESTUDOS

A República

O fim da Monarquia e o início da República, no começo do século VI a.C., levaram a grandes transformações na vida política romana. Com os patrícios na liderança das decisões políticas, os cargos políticos se diversificaram:

Senadores	Elaboravam e aprovavam as leis. O cargo era vitalício
Cônsules	Aplicavam as leis aprovadas pelo Senado, organizavam os cultos religiosos e comandavam os exércitos
Pretores	Zelavam pela aplicação das leis. Eram subordinados aos dois Cônsules
Edis	Responsáveis pelo abastecimento, policiamento e organização das festas
Questores	Arrecadavam os tributos e observavam os gastos da administração civil e militar

Censores	Zelavam pelos bons costumes e por realizar a contagem dos cidadãos e de seus bens, que poderiam ser utilizados em tempos de guerra para comprar armas
Ditador	A ditadura era uma função legal. Era adotada em momentos de crise social ou política, quando o Senado indicava um dos dois censores para exercê-la. O ditador prestava contas do seu trabalho ao Senado

As principais decisões e atividades políticas e públicas de Roma ocorriam no fórum romano, que era um tribunal - uma praça que exercia função semelhante à ágora, na Grécia antiga. Era o principal local em que a vida política acontecia em Roma.

ATIVIDADE:

1 Pesquise a origem e o significado da palavra SENADO.

2 Vimos como agia o Senado romano. Agora, vamos ver como é no Brasil atual? Faça uma pesquisa sobre as funções do Senado brasileiro e como ocorrem as eleições para o cargo de senador.

Lutas sociais

Os plebeus eram maioria em Roma. Como cidadãos, pagavam impostos e serviam ao exército. Apesar disso, eles não podiam exercer nenhum cargo importante no governo. O casamento entre plebeus e patrícios também era proibido. Além disso, ao serem convocados para ir à guerra, os plebeus eram forçados a deixar suas pequenas propriedades e, com isso se endividavam; quando não conseguiam pagar suas dívidas, perdiam a terra e eram escravizados.

Dispostos a lutar por igualdade de direitos, os plebeus promoveram várias revoltas. Uma tática muito usada por eles era se retirar de Roma e ameaçar não participar mais do exército romano. Como os plebeus eram a maioria dos trabalhadores e dos soldados, os patrícios tinham de ceder. Assim, aos poucos, os plebeus foram conquistando mais direitos:

Tribunato da Plebe (494 a.C.)	Os plebeus ganham o direito de eleger um tribuno da plebe, magistrado que tinha o poder de anular leis contrárias aos plebeus.
--	--

Lei das Doze Tábuas (450 a.C.)	As primeiras leis escritas da história de Roma. Com leis escritas, ficava mais difícil para os patrícios interpretá-las conforme seus interesses.
Lei Canuleia (445 a.C.)	Permitia o casamento entre patrícios e plebeus.
Leis Licínias-Séxtias (367 a.C.)	Uma das leis determinava que um dos dois cônsules tinha de ser plebeu. A outra cancelava parte da dívida que os plebeus tinham com os patrícios.

Posteriormente, os plebeus conseguiram uma lei que proibia a escravidão por dívidas e outra que dava a eles o acesso a todas as magistraturas. Mas, como apenas os plebeus ricos tinham posses suficientes para fazer carreira política, somente eles chegavam ao poder. Formou-se, então, uma nova aristocracia, composta de patrícios e plebeus enriquecidos.

A expansão romana

A partir do século V, os romanos iniciaram a expansão de seu território, primeiro na região do Lácio, onde Roma se localiza, seguindo em direção ao norte da península Itálica, e depois ao sul (Magna Grécia). No início do século III a.C., depois de ocupar toda a península Itálica, o exército romano iniciou a conquista de outras regiões do mar Mediterrâneo. A primeira dessas regiões foi a Sicília, também ambicionada por Cartago.

Cartago era uma antiga colônia fenícia localizada no norte do continente africano, onde hoje é a Tunísia. Os cartagineses eram poderosos comerciantes marítimos e seus navios circulavam principalmente na parte ocidental do mar Mediterrâneo. Roma, entretanto, desejava se tornar uma potência marítima. Assim, entre 264 a.C. e 146 a.C., romanos e cartagineses disputaram o controle do comércio marítimo, iniciaram um longo conflito que ficou conhecido como **Guerras Púnicas** (os romanos chamavam os fenícios de "púnicos").

As Guerras Púnicas ocorreram em três fases, todas elas vencidas pelos romanos. Como fim desse conflito, a República romana assegurou a posse da Sicília e de uma parte do norte da África. Nas décadas seguintes, os romanos se apoderaram da península Ibérica, do sul da atual França, da Grécia, do Egito e da Ásia Menor.

Expansão territorial romana (séculos IV a III a.C.)

As conquistas provocaram mudanças profundas na vida dos romanos:

- O enriquecimento do Estado romano (impostos, terras, joias, ouro, prata e outros bens obtidos nas províncias);

- Fortalecimento de um novo grupo social, o dos cavaleiros, homens enriquecidos com o comércio, a cobrança de impostos nas áreas conquistadas e os serviços prestados ao governo de Roma;
- Aumento do escravismo;
- Concentração das terras conquistadas nas mãos de poucos.

A luta pela terra

Os homens ricos, como vimos, apossavam-se das terras obtidas nas conquistas e nelas montavam fazendas escravistas. Já para os pequenos agricultores, a guerra geralmente significava prejuízo. Muitos deles morriam

combatendo a pé e nas primeiras fileiras; os que conseguiam voltar para casa, depois de anos de ausência, encontravam sua propriedade devastada ou invadida.

Além disso, com o aumento da quantidade de escravos, muitos camponeses ficaram sem trabalho e tiveram de se mudar para as cidades. Assim, o número de pobres nascidas e nos campos aumentou muito.

Diante disso, em 133 a.C., o tribuno da plebe, **Tibério Graco**, propôs uma **reforma agrária** que limitava o tamanho da terra que um indivíduo podia ter e distribuía lotes de terra aos pobres. A reforma foi mal recebida por uma parte dos ricos e gerou um tumulto em uma assembleia na qual Tibério foi morto.

Em 123 a.C., Caio Graco, irmão de Tibério, foi eleito tribuno da plebe e deu continuidade à reforma iniciada pelo irmão. Caio Graco conseguiu aprovar duas importantes leis: uma que estendia a cidadania romana a alguns povos aliados, e outra que obrigava o governo a pagar o equipamento dos soldados que iam para a guerra. Caio acabou atraindo inimigos poderosos, e, ao perceber que ia ser morto em uma cilada, pediu que um escravo o matasse.

Os irmãos
Tibério e
Caio Graco



A ascensão dos militares

Além do problema da terra, outro sinal da crise da República provinha do exército. Em 107 a.C., o cônsul Mário promoveu uma reforma militar instituindo o pagamento de salário àqueles que se alistassem no exército voluntariamente. Com isso, muitos homens pobres alistaram-se como soldados permanentes; além do salário, recebiam dos seus generais parte do saque e das terras conquistadas. Com isso, esses novos soldados se ligaram aos seus generais por laços de lealdade e solidariedade.

Apoiados por suas tropas, os generais ganharam força e passaram a disputar o poder político. Um dos generais que destacou na época foi Júlio César, o conquistador da Gália.

Aproveitando de sua enorme popularidade, Júlio César juntou-se aos generais Pompeu e Crasso e formou com eles o **Primeiro Triunvirato**, um acordo entre eles, pelo qual um se comprometia a ajudar o outro para controlar o poder em Roma.

Com a morte de Crasso, abriu-se uma guerra entre César e Pompeu. Vitorioso, César tomou o poder em Roma e promoveu reformas como a doação de terras a milhares de ex-soldados e plebeus empobrecidos. Os senadores acusaram César de trair a República e desejar a volta da Monarquia e, com base nisso, o assassinaram em 44 a.C.

Com a morte de César, formou-se o Segundo Triunvirato, integrado pelos generais Otávio, Marco Antônio e Lépido. A disputa pelo poder opôs as tropas de Otávio às de Marco Antônio e Cleópatra, rainha do Egito. Otávio saiu vitorioso e, ao retornar a Roma, pressionou o Senado a lhe dar vários títulos, entre eles o de Príncipe (líder do Senado e o mais importante cidadão de Roma); o de Augusto (venerado); e o de Imperador (comandante supremo do exército), fato ocorrido em 27 a.C. Com isso teve início o Império.

ATIVIDADE:

1 Complete o quadro com a lei a que se refere seu conteúdo

Conteúdo da Lei	Lei
O tribuno da plebe era o magistrado que tinha o poder de anular leis contrárias aos plebeus.	
Permitia o casamento entre patrícios e plebeus	
Uma das leis determinava que um dos dois cônsules tinha de ser plebeu. A outra cancelava parte da dívida que os plebeus tinham com os patrícios.	
Foram as primeiras leis escritas da história de Roma. Com elas, ficava mais difícil para os patrícios interpretá-las conforme seus interesses.	

2 Quem foi Tibério Graco e o que ele propôs?

3 Quais leis Caio Graco conseguiu aprovar no Senado?

4 Explique o que foi o Primeiro Triunvirato.

5 Por que César foi assassinado?